

EXPLORAÇÃO DE MINÉRIOS EM PORTUGAL

CARLOS CAXARIA

Engenheiro • Subdiretor-geral da Direção-geral de Energia e Geologia, Ministério da Economia e do Emprego • Presidente do Conselho Nacional de Colégio de Engenharia Geológica e de Minas da Ordem dos Engenheiros



NOTA DE ENQUADRAMENTO

O aproveitamento de recursos minerais metálicos no território nacional tem estado sempre presente ao longo dos tempos e remonta, pelo menos, ao período dos romanos, sendo inúmeros os vestígios espalhados um pouco por todo o País, nomeadamente de explorações de ouro, estando hoje muitos desses locais classificados como de interesse arqueológico, como é o caso de Tresminas, no concelho de Vila Pouca de Aguiar. Em meados do século XIX merece especial referência a Mina de S. Domingos, situada no concelho de Mértola, cuja “grandiosidade” do projeto de exploração de pirite, à época, implicou a construção de grandes infraestruturas, interiores e exteriores ao espaço mineiro propriamente dito, tais como uma fábrica de ustulação de pirites, uma barragem de águas junto ao rio Chança, linhas férreas com cerca de 21km da mina até ao Pomarão no Guadiana, que incluía um terminal de carga de navios por onde se fazia a exportação dos minérios explorados. Como curiosidade, ao longo da linha férrea, para evitar a contaminação das águas pluviais que drenavam para a linha, foram construídas valas perimetrais que descarregavam águas limpas no rio Chança, sendo, pois, bem patentes os cuidados ambientais que já existiam no século XIX. Já na primeira metade do século XX é de assinalar o elevado número de minas de volfrâmio que operaram em Portugal entre a primeira Grande Guerra e os anos 70, sendo de realçar o período da 2.ª Guerra Mundial, em que a atividade mineira legal e ilegal atingiu uma dimensão nunca anteriormente alcançada, e que na época foi um dos principais pilares da economia do País. Dessa grande atividade restam hoje as Minas da Panasqueira, que só por si são responsáveis por Portugal se manter como o segundo produtor europeu de tungsténio. Já em meados dos anos 80 é de referir a abertura, no Alentejo, das Minas de Neves-Corvo, com ocorrências minerais de elevado teor, em especial de cobre, mas também com zinco, estanho, prata, etc., que após a descoberta de novas massas, nomeadamente a do Lombador e, mais recentemente, a de Semblana, ampliou o seu tempo de vida em mais 30 anos. Por força da produção desta

mina, Portugal é hoje o segundo produtor de cobre da União Europeia e também contribuiu para o crescimento significativo da produção de índio a nível mundial.

Após um período de baixas cotações que se mantiveram até fins de 2004, que chegou a pôr em causa a viabilidade das poucas minas portuguesas, a elevada procura de matérias-primas resultante do crescimento das economias asiáticas, em especial da China e da Índia, provocou uma subida rápida das cotações no mercado mundial que teve como reflexo imediato um aumento da atividade de prospeção e pesquisa em todo o Mundo. Esta situação ainda se mantém hoje, apesar da crise financeira global de 2008 ter levado ao estrangulamento financeiro temporário de muitas empresas mineiras juniores, que atualmente são responsáveis por cerca de 70% da atividade de prospeção e pesquisa que se faz a nível mundial.

A SITUAÇÃO EM PORTUGAL

Apesar da atividade de prospeção e pesquisa em Portugal sempre ter existido, a partir de 2005 houve um incremento significativo na entrada de pedidos de áreas de prospeção e pesquisa para minérios metálicos, tendo como alvos prioritários o ouro e os sulfuretos polimetálicos (cobre, zinco, chumbo, etc.), pedidos esses que entretanto se alargaram ao ferro, ao estanho e ao volfrâmio. De referir ainda os muitos pedidos para minérios industriais não-metálicos, estes maioritariamente requeridos por empresas portuguesas. De notar também que muitos dos alvos selecionados por estes contratos apontam para ambientes geológicos onde existiram antigas minas, ou para áreas com bons indicadores geológicos obtidos em trabalhos no âmbito de contratos de prospeção e pesquisa entretanto extintos. Entre 2005 e outubro de 2012, o número de contratos assinados de prospeção, pesquisa e exploração, novos e adendas, já ultrapassam os 250, dos quais cerca de 100 foram assinados no último ano (metálicos, não-metálicos, águas minerais, recursos geotérmicos e hidrocarbonetos).

As Figuras 1 e 2 apresentam, respetivamente, as áreas de prospeção e pesquisa e de exploração que hoje estão atribuídas e que são responsáveis por largas dezenas de milhões de euros de investimento em conhecimento geológico, em que o Estado é o seu principal beneficiário.

Do esforço realizado em prospeção e pesquisa têm resultado muitos pedidos de concessão no subsector dos minérios não-metálicos (caulino, feldspato, lítio, quartzo), enquanto no setor dos minérios metálicos, pelo investimento e risco que envolvem, só foram apresentados sete pedidos de exploração experimental, sendo contudo previsível que até fins de 2013 ainda sejam apresentados mais três. A figura de exploração experimental prevista na lei permite às empresas, pelo menos durante mais três anos, aprofundar o conhecimento económico da concessão ao mesmo tempo que elaboram todos os

Figura 1 – Prospecção e pesquisa de depósitos minerais (08.10.2012)

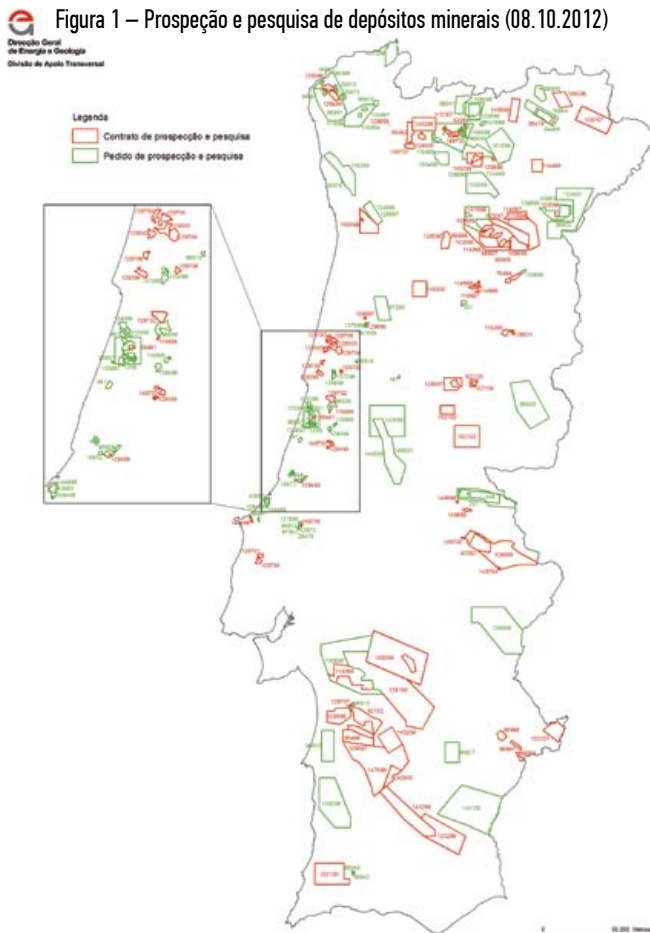
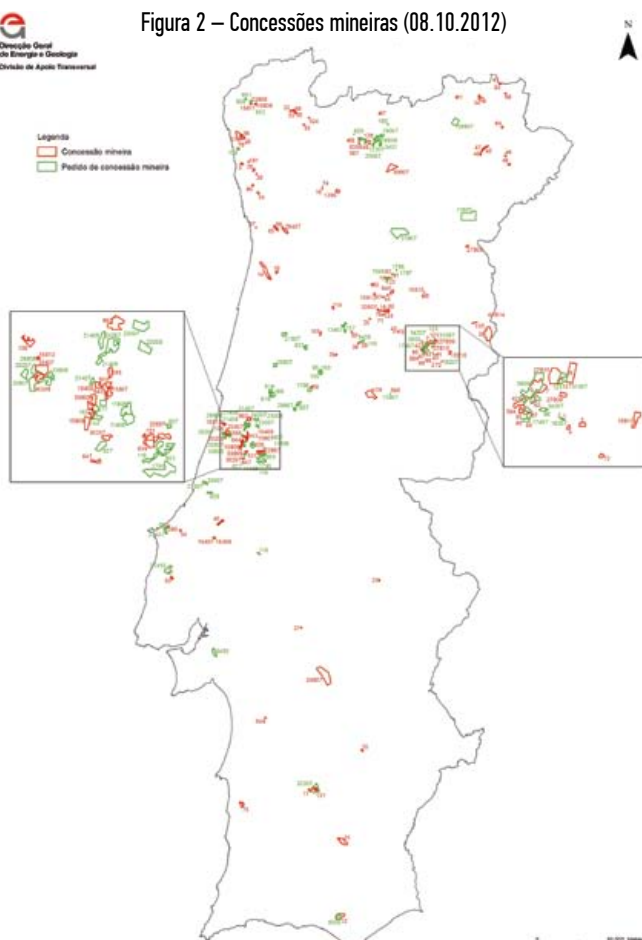


Figura 2 – Concessões mineiras (08.10.2012)



estudos necessários para a apresentação do pedido de concessão definitiva (estudos mineralúrgicos à escala piloto, estudo de impacto ambiental, estudo de viabilidade económica, etc.). Destes pedidos, cinco são para ouro, um para tungsténio (scheelite) e um para ferro.

A IMPORTÂNCIA ECONÓMICA E SOCIAL DA INDÚSTRIA EXTRATIVA

Pese embora Portugal só tenha hoje três minas metálicas em produção (Neves-Corvo, Aljustrel e Panasqueira), importa registar que em 2011 estas foram responsáveis por 57% (460 M€) do valor das exportações portuguesas em recursos minerais, que em termos globais atingiram 807 M€. Os minerais para a construção, onde se incluem as rochas ornamentais, foram responsáveis por 37,5% (303 M€), enquanto os minerais industriais só representaram 5,5% (42 M€). Uma referência especial ao grande potencial de crescimento das exportações em rochas ornamentais e minerais industriais, desde que implementadas políticas de apoio ao setor que contemplem as áreas dos transportes ferroviários, dos portos e da comercialização agregada.

Tratando-se de recursos endógenos, com uma incorporação de importações diminuta, caso estes projetos mineiros venham a tornar-se uma realidade, as perspetivas económicas para Portugal podem ser consideradas otimistas, não só para as futuras exportações, mas também como motor do desenvolvimento regional. A exemplo do que acontece com as atuais minas em produção, quase todos os projetos em fase experimental situam-se no interior do País, em zonas deprimidas económica e socialmente, podendo por isso contribuir para que essas regiões fixem populações e se dinamizem economicamente.

De referir também o contributo muito positivo que o setor mineiro, através dos encargos de exploração previstos contratualmente, tem dado para a requalificação ambiental das antigas minas abandonadas, não onerando minimamente o Orçamento Geral do Estado e, desde que bem gerido, garantindo a sustentabilidade económica e ambiental do setor mineiro.

O reconhecimento da importância deste setor pelo atual Governo está patente na Resolução de Conselho de Ministros, RCM n.º 78/2012 de 11 de setembro, que aprovou a Estratégia Nacional para os Recursos Minerais, que pretende vir a ser o alicerce de uma política de sustentabilidade setorial que contemple de modo integrado as vertentes social, económica e ambiental.

Considerando que hoje a Europa é muito deficitária em matérias-primas, e considerando o elevado potencial geológico do nosso País, políticas de atração de investimento direcionadas para o desenvolvimento do setor mineiro produtivo e para a instalação de indústrias transformadoras imediatamente a jusante, poderá levar Portugal a uma situação privilegiada a nível europeu.

Sendo este um setor de médio/longo prazo, estou certo que todos os esforços que têm vindo a ser desenvolvidos por todos os *stakeholders* nele envolvidos, nomeadamente empresas, entidades públicas e o próprio Governo, resultarão no futuro num setor económico, social e ambientalmente forte que contribuirá para uma maior solidez na economia portuguesa.

A cereja em cima do bolo seria a confirmação durante os próximos cinco anos da existência em Portugal de hidrocarbonetos economicamente exploráveis. **ING**